

CONSCIÊNCIA QUE NÃO SE ENSINA: RACISMO, SILÊNCIO E O ENSINO DE HISTÓRIA NOS ANOS INICIAIS.

Allan Anderson da Silva Barboza ¹

Maria Eduarda de Brito Rizzuto ²

Nicole Souza de Oliveira ³

INTRODUÇÃO

A função social da escola na educação brasileira é um tema multifacetado que tem sido objeto de debates e reflexões ao longo das décadas. Contudo, Bueno (2001) alega que a sua função vai além do simples aprendizado prático, estendendo-se à preservação e transmissão da cultura, promovendo a apreciação dos diversos valores culturais.

Além de ser um espaço de aprendizado, a escola é um agente crucial na formação do cidadão, devendo promover valores democráticos, éticos e de cidadania. Thiesen (2008) destaca que a escola não é apenas um ambiente de preparação para a vida, mas um processo de vivência que deve considerar a pluralidade de vozes, concepções e experiências.

O presente texto tem como objetivo refletir sobre o cotidiano escolar, a prática docente e a abordagem do ensino de História nos anos iniciais do Ensino Fundamental, com ênfase na valorização da diversidade étnico-cultural e no combate ao racismo. A pesquisa foi realizada no âmbito da disciplina Prática Educacional, Pesquisa e Extensão - PEPE (AI), do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), durante o mês da Consciência Negra, em 2023, por meio de uma visita de campo com duração de seis dias a uma escola da Rede Municipal de Ensino do Recife (RMER).

Fundamentado nos estudos de Ariès (1990), Bueno (2001), Thiesen (2008), Cainelli (2010), Conceição (2010), Caimi (2010), e Freitas (2010), o trabalho analisou práticas pedagógicas em três turmas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, destacando a escassez de ações significativas relacionadas ao ensino de História e a

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, allan.sbarboza@ufrpe.br;

² Graduada pelo Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, eduarda.rizzuto@ufrpe.br;

³ Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, nicole.souzaoliveira@ufrpe.br ;



predominância de abordagens tradicionais. Na turma do 3º G, observou-se uma atividade sobre a Consciência Negra com excesso de questões, ausência de mediação e falta de estímulos críticos.

Nesse contexto, Ariès (1990) destaca a variedade de caminhos pelos quais os estudantes podem descobrir e se envolver com a História. Essa perspectiva ressalta a importância de abordagens flexíveis e inclusivas no ensino da disciplina, reconhecendo que o aprendizado histórico pode ocorrer de maneiras diversas.

Contudo, o educador, ao estabelecer suas práticas pedagógicas, necessita de estratégias de ensino que favoreçam o pensamento crítico e estimulem a consciência histórica nos alunos, tendo o livro didático apenas como mais um recurso pedagógico, não como principal instrumento de ensino. Conforme descrito na BNCC (2018):

Para evitar uma visão homogênea, busca-se observar que, no interior de uma sociedade, há formas de registros variados, e que cada grupo produz suas memórias como elemento que impulsiona o estabelecimento de identidades e o reconhecimento de pertencimento a um grupo social determinado. As memórias podem ser individuais ou coletivas e podem ter significações variadas, inserindo-se em uma lógica de produção de patrimônios (materiais ou imateriais) que dizem respeito a grupos ou povos específicos (p. 404).

No entanto, percebemos fragilidades nas abordagens de ensino de História. Além disso, foi negligenciado um episódio de racismo sofrido por uma aluna. Tais constatações revelam o distanciamento entre o ensino de História proposto pelas diretrizes educacionais e a prática docente observada, apontando para a urgência de ações formativas que capacitem os professores a promoverem uma abordagem crítica, sensível e comprometida com os direitos humanos, capaz de valorizar a diversidade, promover uma educação antirracista e fomentar o pensamento histórico-crítico.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A abordagem se deu a partir da visitação à uma escola municipal, localizada no bairro da Iputinga em Recife (PE), com um roteiro de observação disponibilizado pela professora regente da disciplina de PEPE (AI), juntamente com um modelo de entrevista a ser realizada com as docentes das turmas selecionados para as observações.

A visitação aconteceu no período de 6 dias, durante o mês de novembro de 2023, no turno da tarde, das 13h às 17h10. As turmas selecionadas para as observações



foram: o 3º G, contando com a docente e 24 alunos; e o 4º F, composto pela docente e seus 24 alunos.

Para registros dos rituais das aulas foram realizadas anotações em diários de campo, para as devidas análises das práticas docentes e dos processos de aprendizagem. Ao final da observação, foram feitas entrevistas semiestruturadas com as educadoras com a finalidade de analisar seus discursos, possibilitando a identificação de suas concepções de ensino.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No primeiro dia de visita, a professora do 3º G entregou uma ficha de atividade impressa para ser feita em casa. A atividade era sobre a Consciência Negra e, segundo a professora, esse é um assunto de conteúdo importante e obrigatório para o aprendizado dos alunos. No entanto, ao analisar a ficha, percebeu-se todo grau de dificuldade presente na atividade.

A ficha era composta por: um texto informativo, abordando a importância da história por trás da criação do feriado nacional de 20/11, elencando Zumbi dos Palmares como personagem principal; um jogo de caça-palavras, uma imagem acompanhada de uma pergunta; uma imagem com um texto do Nelson Mandela e sete perguntas dissertativas. Entretanto, as perguntas relacionadas ao texto privilegiam um ensino de História pautado na memorização e na reprodução, além do nível de complexidade presente nas questões.

Além disso, a professora também não passou instrução de como deveriam realizar, nem considerou aqueles que não têm apoio nas atividade de casa, apenas reforçou que valeria alguma pontuação. No dia seguinte, a docente apenas recolheu as atividades dos alunos que fizeram para posteriormente devolvê-las pontuadas. Também não se pode observar qualquer correção das questões da atividade, nem algum tipo de debate ou aprofundamento do conteúdo.

O ensino de História da África é regulamentado por diversas leis e documentos legais que visam promover a valorização da cultura africana e afro-brasileira nas instituições de ensino. Uma das principais legislações nesse contexto é a Lei nº 10.639/2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), incluindo no currículo a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.



Entretanto, Conceição (2010) indica que:

Um dos aspectos mais importantes a ser ressaltado quando tratamos da Lei 10.639/2003 é que ela não surgiu de uma hora para outra em nossas escolas. Ela é sim, fruto de um conjunto de demandas sociais, apresentadas sobretudo pelos movimentos negros existentes no Brasil desde o século XIX. Entre eles, os movimentos abolicionistas, as irmandades religiosas, os terreiros de candomblé e umbanda, as revoltas sociais etc. Todos eles se inscrevem nesse legado e, portanto, na gênese da elaboração histórica das demandas contempladas na lei (p. 136).

A abordagem da Consciência Negra nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental é de extrema importância para a valorização da diversidade étnica, a compreensão da contribuição da cultura afro-brasileira para a formação da sociedade e o combate ao racismo. Nesse contexto, Conceição (2010, p. 140) indica que “parece óbvio afirmar que as demandas apresentadas pela legislação, que instituiu a obrigatoriedade da inclusão da história e da cultura afro-brasileira no ensino escolar, implicam entre outros requisitos básicos: releituras das nossas práticas pedagógicas”.

Embora a professora do 3º G não tenha corrigido a atividade de casa que abordava a Consciência Negra, foi possível acompanhar uma ação da docente diante de um caso de racismo vivenciado por um de seus alunos. Uma aluna sua estava sendo hostilizada nos corredores por um grupo de estudantes de outra turma, recebendo bastantes xingamentos. Um dos garotos que estava praticando o *bullying* a chamou de “macaca”. A garota desceu o corredor chorando e momentos depois sua professora a encontrou em prantos sentada na área de leitura. Ao ouvir da menina o que havia acontecido, sua professora, rispidamente, ordena que pare de chorar, de fazer drama e volte para sala. A aluna segue se explicando, em lágrimas, até ser interrompida pela professora pedindo que pare de inventar história.

O episódio de racismo expõe a necessidade da valorização e promoção do ensino de História, oportunizando um ambiente escolar mais sensível e empático, no entendimento das complexidades sociais e na construção de uma sociedade mais igualitária e inclusiva. A resposta da educadora, ao desconsiderar os sentimentos da estudante e minimizar a situação, levanta preocupações sobre a abordagem pedagógica e a capacidade de lidar com questões delicadas de forma construtiva e ética.

Caimi (2010) conceitua que:

Nos debates atuais do ensino de história apontam-se possibilidades de estabelecer relações muito profícuas entre o estudo das trajetórias locais/regionais e os processos de formação de identidades sociais plurais, de modo a superar o verbalismo das aulas de história circunscritas apenas a



temporalidades remotas, a espaços distantes e a determinadas memórias com as quais a maioria dos estudantes que frequenta a escola brasileira não se identifica e nas quais não reconhece as suas experiências, tampouco as de seu grupo de pertença. Os estudos do local/regional podem, ainda, contribuir para estabelecer diferentes formas de resistência aos processos de padronização e homogeneização culturais, promovidos pela dinâmica da globalização (p. 60).

Nesse sentido, a abordagem do ensino da história local/regional pode ser uma importante estratégia pedagógica na promoção do combate ao racismo, possibilitando conexão dos estudantes com suas próprias raízes históricas, contribuindo para uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais, culturais e étnicas. Isso permite que os estudantes compreendam como suas comunidades foram formadas ao longo dos tempos e como eventos passados locais/regionais influenciaram a diversidade étnica e cultural presente. Ao explorar a diversidade étnica e cultural na história local, os estudantes têm a oportunidade de desconstruir estereótipos e preconceitos.

O ensino de História, além de oportunizar uma compreensão do contexto histórico que vivemos, contribui para a formação de cidadãos informados e ativos, envolvendo o desenvolvimento de habilidades críticas. Durante seis dias de visita, apenas duas atividades que envolviam o ensino de História puderam ser observadas, em apenas uma das três turmas pesquisadas, a turma do 3º G. A primeira atividade foi a da Consciência Negra, já mencionada, e a segunda foi uma atividade interdisciplinar de História e Geografia. Contudo, ambas atividades, alinhadas à prática docente, reforçaram um ensino de História com abordagem tradicional e *behaviorista*, que privilegia o aprendizado por meio de memorização e reprodução do conhecimento passado pela educadora, sem promover uma educação verdadeiramente crítica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidenciou que o ensino de História nos anos iniciais ainda é fortemente marcado por práticas tradicionais, centradas na memorização e na reprodução de conteúdos, o que limita o desenvolvimento do pensamento crítico e o reconhecimento da diversidade cultural entre os estudantes. A ausência de mediação adequada e o tratamento superficial de temas como a Consciência Negra revelam fragilidades na formação docente e na implementação efetiva das diretrizes curriculares que orientam uma educação voltada para a valorização da história e da cultura afro-brasileira. Além disso, o episódio de racismo observado reforça a urgência de uma



postura pedagógica mais sensível, ética e comprometida com os princípios da educação antirracista e dos direitos humanos.

Dessa forma, torna-se imprescindível investir na formação continuada dos professores, promovendo espaços de reflexão e práticas que favoreçam a construção de uma consciência histórica e crítica desde os primeiros anos escolares. O ensino de História deve ultrapassar a simples transmissão de fatos, tornando-se um instrumento de emancipação e transformação social. É necessário que o ambiente escolar se consolide como espaço de diálogo, respeito e reconhecimento das múltiplas identidades, contribuindo efetivamente para a formação de cidadãos capazes de compreender, valorizar e atuar na construção de uma sociedade mais justa, democrática e livre de preconceitos.

Palavras-chave: Consciência Negra; Prática docente, Ensino de História, Racismo, Educação Antirracista.

REFERÊNCIAS

ÀRIES, P. Uma criança descobre a história. In: _____. **O tempo da história**. Lisboa: Relógio D'água, 1992. p. 9-21.

BUENO, José Geraldo Silveira. Função social da escola e organização do trabalho pedagógico. **Educar em Revista**, Curitiba, n.17, p. 101-110, 2001.

CAIMI, F. E. Meu lugar na história: de onde eu vejo o mundo? In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (Coord.). **História: ensino fundamental**. Brasília, Ministério da Educação, 2010. (Coleção Explorando o Ensino)

CAINELLI, Marlene. O que se ensina e o que se aprende em História. In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (Coord.). **História: ensino fundamental**. Brasília, Ministério da Educação, 2010. (Coleção Explorando o Ensino)

CONCEIÇÃO, M. T. da. O trabalho em sala de aula com a história e a cultura afro-brasileira no ensino de história. In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (Coord.). **História: ensino fundamental**. Brasília, Ministério da Educação, 2010. (Coleção Explorando o Ensino).

FREITAS, Itamar. A experiência indígena no ensino de história. In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (Coord.). **História: ensino fundamental**. Brasília, Ministério da Educação, 2010. (Coleção Explorando o Ensino).

THIESEN, Juarez da Silva. **A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem**. Revista Brasileira de Educação, Campinas, v. 13, n. 39, p. 545-598, set./dez. 2008.

